



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570427 - SP (2020/0079161-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : FRANCISCO TOLENTINO NETO E OUTROS
ADVOGADOS : FRANCISCO TOLENTINO NETO - SP055914
BRUNO BARRIONUEVO FABRETTI - SP316079
HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI - SP253891
MARIA JULIA GONÇALVES DE OLIVEIRA RIBEIRO - SP384223
RAFAELA PEREIRA - SP406987
JULIANA SANTOS GARCIA - SP436087
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANTONIO DIEGO TENORIO LIBERAL
PACIENTE : LUIS CLAUDIO DE SOUZA
PACIENTE : CONRADO JOSE GOES LIBERAL FILHO
PACIENTE : ESTEFANO CARLOS DE CARVALHO DORES
CORRÉU : SANDRO SANTORO
CORRÉU : JANAINA FATIMA DE SOUSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ANTÔNIO DIEGO TENÓRIO LIBERAL, LUÍS CLÁUDIO DE SOUSA, CONRADO JOSÉ GOES LIBERAL FILHO e ESTÉFANO CARLOS DE CARVALHO DORES, contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida nos autos da Apelação Criminal n. 0000862-88.2018.8.26.0050.

Extraí-se dos autos que, no âmbito da Operação Cabaret, o paciente Antônio foi condenado à pena de 19 anos, 8 meses e 13 dias de reclusão, em regime fechado, como incurso por nove vezes no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação à Testemunha Protegida nº1); por diversas vezes no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação aos policiais militares Pablo Pilon Camasano, Marcello Salomão e Rogério Carbonari Calderari); por uma vez no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação a agente público ainda não identificado, no período entre 06 de agosto de 2013 e a manhã do dia 07 de agosto de 2013), na forma do artigo 71 do Código Penal; e nos artigos 1º, 2º e § 2º, 3º e § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013.

O paciente Luís Claudio foi condenado à pena de 17 anos e 20 dias de reclusão,

em regime fechado, como incurso por cinco vezes no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação à Testemunha Protegida nº1); por diversas vezes no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação aos policiais militares Pablo Pilon Camasano, Marcello Salomão e Rogério Carbonari Calderari); por uma vez no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação a agente público ainda não identificado, no período entre 06 de agosto de 2013 e a manhã do dia 07 de agosto de 2013), na forma do artigo 71 do Código Penal; e nos artigos 1º, 2º e § 2º, 3º e § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013.

O paciente Conrado foi condenado à pena de 7 anos de reclusão, em regime fechado, como incurso nos artigos 1º, 2º e § 2º, 3º e § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013.

O paciente Estéfano foi condenado à pena de 13 anos, 4 meses e 24 dias como incurso por diversas vezes no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação ao policial militar Marcello Salomão); por uma vez no artigo 333, parágrafo único, c.c. o art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação a agente público ainda não identificado, no período entre 06 de agosto de 2013 e a manhã do dia 07 de agosto de 2013), na forma do artigo 71 do Código Penal; e nos artigos 1º, 2º e § 2º, 3º e § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013.

Foi negado aos ora pacientes o direito de recorrerem em liberdade, mantendo-se a decreto preventivo. Ressaltou o Juízo de Primeiro Grau que os ora pacientes permaneceram foragidos durante toda a instrução processual.

A defesa interpôs recurso de apelação perante o Tribunal de origem e, antes do julgamento do referido recurso, peticionou em favor apenas dos réus Luis Claudio e Janaína (corrê), requerendo em favor do réu Luis Cláudio, um dos ora pacientes, a expedição do contramando de prisão ou, subsidiariamente, a substituição da prisão cautelar por prisão domiciliar.

O desembargador relator do Tribunal *a quo* indeferiu o pleito formulado consoante *decisum* acostado às fls. 19/25.

Daí o presente *writ*., no qual a defesa sustenta que se mostra necessária a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, ante a pandemia mundial do coronavírus. Afirma que os pacientes correm risco eminente de contaminação da doença Covid-19, diante da precariedade do sistema prisional brasileiro. Invoca a Recomendação n. 62/2020 do CNJ. Diz que os pacientes são primários, têm bons antecedentes, residência fixa, trabalho lícito, e o crime foi praticado sem violência ou grave ameaça.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar em favor dos pacientes. Subsidiariamente, pleiteia pela substituição por medidas cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP).

É o relatório.

Decido.

De início, não há como conhecer da impetração nesta Corte Superior em relação aos pacientes ANTÔNIO DIEGO TENÓRIO LIBERAL, CONRADO JOSÉ GOES LIBERAL FILHO e ESTÉFANO CARLOS DE CARVALHO DORES, porquanto referida irresignação não foi analisada pelo Tribunal de origem, que sequer foi instado a se manifestar. Inexistindo qualquer pronunciamento deste quanto à matéria no que diz respeito a referidos réus, torna-se inviável seu conhecimento, sob pena de indevida supressão de instância.

Passo a análise do pedido liminar, no tocante ao paciente LUÍS CLÁUDIO DE SOUSA.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, entendo razoável o processamento do feito apenas para verificar a eventual existência de flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Além do mais, confundindo-se com o mérito, a pretensão será analisada mais detalhadamente na oportunidade de seu julgamento definitivo, após as informações devidamente prestadas, bem como da manifestação do *Parquet* Federal.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar referente ao paciente LUÍS CLÁUDIO DE SOUSA e indefiro liminarmente a impetração em relação aos pacientes ANTÔNIO DIEGO TENÓRIO LIBERAL, CONRADO JOSÉ GOES LIBERAL FILHO e ESTÉFANO CARLOS DE CARVALHO DORES.

Solicite-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau, tão-somente acerca do paciente LUÍS CLÁUDIO DE SOUSA, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator